

ATA 14/06-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POA

Aos vinte dias do mês de julho de 2006, com início as 18:30hs e tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pauta o seguinte: 1)Abertura, 2)Faltas Justificadas, 3)Apreciação e Votação da Ata 12/06, 4)Avisos, 5)Informes, 6)Pareceres 51/06 e 52/06. Estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: **1)Oscar Rissieri Paniz, 2)Nei Carvalho, 3)José Antônio dos Santos, 4)Filaman Marley dos Santos, 5)Darcy Villanova Azevedo, 6)Angela Regina Groeff Nunez, 7)Ivo Fortes Santos, 8)Maria Letícia de Oliveira Garcia, 9)Ione Terezinha Nichele, 10)Deoclides F. Almeida, 11)Jaci dos Santos, 12)Zilda de Moraes Martins, 13)Maria Encarnacion Morales Ortega, 14)Elen Maria Borba, 15)Mariza de Fátima Waschburger, 16)Heloisa Helena Rousselete de Alencar, 17)Maria Helena França, 18)José Carlos Vieira, 19)Maria Geneci Macedo Silveira, 20)Tânia Ledi da Luz Ruchisque, 21)Lindsey Larson, 22)Sandra Mello Perin, 23)Lisia Hausen Gabe, 24)Renata Cristina Rocha da Silva, 25)César Weber, 26)Maria da Graça Labrea, 27)Sônia Pinheiro Nunes de Souza, 28)Maria Rejane Seibel, 29)Alair Rosinete Silva, 30)Jairo F.Tessari, 31)Alcides Pozzobon, 32)Izolda Machado Ribeiro, 33)Márcia Nunes, 34)Janete Nunes Soares. Os Conselheiros Suplentes presentes eram: **1)Sueli Marilene Dihel, 2)Míriam França, 3)Edelves Vieira Rodrigues, 4)Paulo Antônio Stoelben, 5)Humberto José Scorza, 6)Nauro Aguiar, 7)Cláudia Feldmann Gonçalves.** Registraram sua não presença; Walmir Labatut, Maria Ivone Dill, Clodomar Freitas, Isis Azevedo da Silveira. O Coordenador, OSCAR PANIZ, solicita a Plenária se há alguma alteração a ser feita na Ata 12/06, entregue em sessão anterior. Não havendo manifestação a mesma é encaminhada para votação, sendo aprovada por 14 votos favoráveis, nenhum contrários e 2 abstenções. Iniciam-se os avisos. Dia 16 de agosto de 2006 ocorrerá no auditório da AMRIGS o Seminário “Violência Doméstica Contra Criança e o Adolescente – Pelo Direito de Parar de Sofrer”. Organizado pelos Núcleos dos NASCAs da Região Partenon, Lomba do Pinheiro e Leste-Nordeste. Das 8:30hs as 17:30hs. Comunica o Sr. Coordenador que todos receberam no envelope a Proposta de Capacitação do Conselho Municipal de Saúde. Solicita que todos preencham o questionário que há, anexado e devolvam até o fim desta Plenária. Com isso iremos tabular principalmente o horário e também saber quem está interessado em frequentá-lo. Comunica também convite recebido para o “Seminário Estadual de Controle Social nas Políticas de Saúde Para as Mulheres, que acontecerá nos dias 31/07 e 01/08, na FETAG. Lembra o Coordenador OSCAR que esteve presente no auditório da AMRIGS, dia 12 de julho passado, no lançamento do Mutirão de Consultas. Comunica o Sr. OSCAR que está marcado para 02/08, as 18:30hs, aqui no Conselho Municipal, reunião para que se organize a Comissão de Saúde do Trabalhador. Já foram convidados: a Coordenadora do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, a Dra. ADRIANA. Representante da Delegacia Regional do Trabalho. Representante da Procuradoria Regional do Trabalho. Enviou-se correspondência eletrônica para o Fórum Gaúcho de Saúde do Trabalhador, também convidando as diversas Entidades que o compõe. A Conselheira LISIA GABE, que faz parte do Conselho Gestor do Grupo Hospitalar Conceição, transmite solicitação do Coordenador do mesmo, dizendo que para o ano de 2007/2008, haverá renovação dos Membros daquele Conselho e que para isso já, quem estiver interessado em continuar, tem que cumprir o Regimento Interno, principalmente na questão das presenças. A Conselheira ELEN BORBA se manifesta e volta a reforçar pedido de candidatos para comporem o Conselho Gestor do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. As reuniões devem ocorrer sempre na primeira Segunda-feira do mês, no Auditório do Hospital, as 18:00 hs. Manifesta-se novamente a Conselheira LISIA GABE, dizendo que está sendo**

51 reativada a Comissão de Assistência Farmacêutica e desta forma convida a quem estiver
52 interessado, entrar em contato com a Secretaria do Conselho Municipal de Saúde. Se
53 manifesta o Conselheiro NEI CARVALHO, dizendo que esteve no Centro de Saúde IAPI
54 na Terça-feira, onde foi indagado por uma pessoa que estava consultando, sobre a
55 questão de uma forma de Regionalização, que está sendo proposta na cidade, e que
56 depois fiquei sabendo, foi apresentada no Conselho Distrital, que é um dito Sistema PRA,
57 que é Programa de Regionalização de Rede. Não lembro que isto tenha passado no
58 Conselho, já que é um processo para a cidade. Isso significa que tem nova
59 Regionalização, sendo proposta e pelo que vejo, de maneira vertical. É um assunto para
60 ser discutido aqui no Conselho. E a pessoa me falou, que uma parte do atendimento da
61 US Farrapos, que é da minha região, que é o pessoal do Humaitá, estará sendo atendido
62 na US Diretor Pestana. Não me pareceu, em princípio, muito inteligente, pois as pessoas
63 terão que pagar um ônibus para saírem da Vila Farrapos e serem atendidas na Diretor
64 Pestana. Então se há um novo processo, gostaria que se alguém soubesse alguma coisa,
65 trouxesse aqui para o Conselho, para estar discutindo. Continua o Conselheiro NEI
66 CARVALHO, dizendo que participou de uma Oficina do Ministério da Saúde, no dia 7 de
67 julho, passado onde estavam sendo discutidos os Projetos encaminhados ao Ministério,
68 em nível nacional. Lá fiquei sabendo que os Projetos do Ministério da Saúde, não
69 precisam ser aprovados pelos Conselhos, pelo menos neste primeiro momento. Me
70 surpreendi também quando vi uma representante da Secretaria da Saúde do Município,
71 apresentando lá, um Projeto que está em andamento, que é o da Ouvidoria, que não foi
72 aprovado neste Conselho, mas que continua sendo tocado. Ali fala em uma série de
73 questões, até numa chamada “Parceria com o Conselho”. Se não é necessário, não há
74 necessidade de estarem iludindo a gente, como o representante do Ministério nos afirmou,
75 de que não é necessária a Ata de aprovação do Conselho. Em algum momento teremos
76 que retomar isso e ver como está sendo feita esta discussão, pois esta questão de
77 Parceria de um lado só, é muito complicado. O Coordenador OSCAR PANIZ lembra ao
78 NEI que existe a intenção da ASSEPLA de apresentar o Projeto da Ouvidoria neste
79 Conselho. Passamos para os informes e a Conselheira MARIA HELENA FRANÇA
80 relata aos presentes que apartir da primeira quinzena de agosto a UBS do Lami estará
81 com Ambulatório de Homeopatia, que servirá ao todo o Extremo Sul. Se manifesta o
82 Conselheiro IVO FORTES, comunicando sobre Evento ocorrido no Postão da Vila
83 Cruzeiro, a semana passada, que foi o Programa “Cuidados com Enfermos Acamados”,
84 Coordenado pela Dra. DINORÁ e mais profissionais ligados a Universidade Federal do
85 RS, corpo de Enfermagem e o mesmo Projeto foi apresentado em duas Etapas, sendo
86 que participei da primeira, onde contatamos a importância do mesmo. Diz também que o
87 debate sobre Política de Saúde Mental voltaram a ser tratados muito fortemente dentro
88 daquela Unidade de Saúde. A discussão apontou para que medidas sejam tomadas e a
89 expectativa é de que a nova Direção da Casa, através da Dra. ANA MARIA CIRNE e o Dr.
90 BRUXEL, juntamente com a Secretaria façam isso acontecer. O Coordenador OSCAR
91 PANIZ lembra que o processo de Municipalização do Murialdo está sendo
92 acompanhado e coordenado pela Dra. DENISE AERTS. Diz que na Quarta feira
93 passada foram visitadas as Unidades de Saúde do Murialdo, bem como a própria Escola
94 e ontem visitou-se a Dermatologia Sanitária, pela manhã. Os critérios de Municipalização
95 estão sendo todos revistos, para que quando o Município assuma esta parte da Rede, o
96 faça com segurança. O Coordenador, aproveitando a chegada do Sr. Secretário, Dr.
97 PEDRO GUS, refere-se a participação do Conselho Municipal de Saúde no Comitê de
98 Urgência e Emergência. Diz que é de muita relevância este Comitê, pois pela importância
99 e números de seus participantes ou componentes, está se tentando organizar todos este
100 Sistema, na Urgência e Emergência da Cidade e da região Metropolitana, inclusive. No

101 entanto, diz o Conselheiro OSCAR, tem percebido a falta de Setores importantes da
102 Secretaria da Saúde nas reuniões deste Comitê e deixa aqui um pedido para que o Sr.
103 Secretário reforce a participação neste Grupo de Trabalho, pois com isso se estará
104 colaborando na organização e regulação do Sistema de Urgência e Emergência. Outra
105 questão que o Coordenador apresenta ao Dr. PEDRO GUS é referente ao Grupo
106 Hospitalar Conceição, onde o Secretário tem assento no Conselho de Administração. Diz
107 o Sr. OSCAR, que em função da discussão sobre o Convênio da Saúde Comunitária do
108 GHC com o Município, solicitou, através do Conselho Municipal da Saúde, por
109 correspondência, à Direção do GHC, como seria possível ter acesso às Atas das
110 Reuniões do Conselho de Administração. Nas datas de 16 de maio e 26 de junho deste
111 ano foi solicitado ao Dr. JOÃO MOTTA, como se poderia acessá-las. Infelizmente, em
112 10 de julho, respondeu a Direção do GHC, em correspondência, que “os tópicos ali
113 abordados(nas Atas), dizem, em sua grande maioria, a problemas internos, portando
114 entendemos não haver razão para disponibilizá-las. Excepcionalmente, em casos bem
115 específicos, poderá ser analisada a possibilidade de acesso àquela Ata.” Diz o
116 Conselheiro OSCAR PANIZ, que o acesso a leitura destas Atas não seria para deleite
117 pessoal, mas sim para informação deste Conselho Municipal, principalmente por ser o
118 Grupo GHC uma Empresa Pública, que não tem o que deixar de divulgar. Portanto,
119 solicita ao Dr., PEDRO GUS, que como membro do Conselho de Administração leve
120 este desconforto causado ao Conselho Municipal de Saúde, pois aqui nós também
121 sabemos tratar com responsabilidade as informações. E para quem é do Conselho Gestor
122 do GHC, há cópias disponíveis, para que tomem conhecimento. A próxima a se
123 manifestar é a Conselheira IONE NICHELE, que em relação ao informe do NEI
124 CARVALHO, que teria passado no Conselho Distrital de sua Região, diz ela que lá na
125 Noroeste não esta discussão sobre regionalização. Fala o Conselheiro HUMBERTO
126 SCORZA, que diz estar ouvindo as coisas e vendo que estamos em uma Plenária repleta
127 de informes, e isso é bom. Pergunta ao Coordenador se há Pauta prevista para hoje e o
128 Sr. OSCAR lhe diz que não há. E vê então que algumas coisa vem para informe e não
129 para deleite dos ouvintes e sim para serem encaminhadas e é o que se faz. Por exemplo
130 o NEI. Coloca algumas situações que ele ouviu como Conselheiro e ouço a resposta de
131 que a ASSEPLA está pensando em dar a resposta. Acho que não. Acho que temos que
132 chamar a ASSEPLA aqui para dentro. Não podemos ficar acalante de quem quer vir ou
133 virá quando quiser. Diz o HUMBERTO, que quando retrucou e ouviu a resposta que tem
134 que haver hierarquia, digo que até bom que tenha. Mas uma coisa é quando o
135 “Presidente “ do Conselho pede e outra coisa é quando a Plenária pede. Ai a força é bem
136 maior. Porque não podemos ficar assim, tendo respostas pessoais, desafortadas. Eu acho
137 que isto aqui está reunido para isso. E eu acho muito interessante, tinha um tempo em
138 que a gente tinha que passar e marcar com muita antecedência os assuntos. Então acho
139 que está indo tudo as mil maravilhas, porque não está precisando de Pauta para discutir
140 outras coisas. O Coordenador OSCAR PANIZ diz que o motivo de não ter Pauta pode
141 ser pelo fato de os assuntos dos informes serem bem polêmicos, que prevíamos,
142 gerariam muita discussão. Além de que as Pautas do Conselho não são determinadas
143 pelo Coordenador e sim demandadas e isso não aconteceu, ao menos para hoje. Temos
144 a pauta do SAMU, que foi correspondência para o Gabinete. Muitas pessoas dão
145 sugestão de Pautas, mas não encaminham. Se pronuncia o DAGOBERTO, que se
146 identifica como estudante. Diz que estão presentes nesta Plenária alguns estudantes, que
147 estão iniciando o Projeto VER-SUS e aproveitando para assistir uma reunião do
148 Conselho. Agradece o apoio recebido em relação ao Projeto, da Secretaria Municipal da
149 Saúde e do próprio Conselho Municipal de Saúde. Diz que, mesmo com os cortes de
150 recursos, por diminuição ou atraso destes, pelo do Ministério da Saúde para o Projeto

151 VER-SUS, este está saindo. Estão fazendo um “Plano B” com os apoiadores e estão
152 conseguindo desenvolver o Projeto. Fala a Conselheira REJANE SEIBEL, que como
153 representante do Sindicato dos Enfermeiros, foi retirado na última Plenária, como
154 encaminhamento, a nossa participação na Reunião marcada para Segunda- feira
155 seguinte, entre a Secretaria Municipal da Saúde e a Direção do GHC, relativo ao
156 Convênio. Desde o início nos colocamos a disposição para acompanhar este processo.
157 Mas, comunicamos ao OSCAR, que informasse na reunião da a impossibilidade da
158 nossa presença pois naquele momento todos nós estaríamos exercendo a nossa
159 função nos locais de trabalho. Então, gostaria de justificar a nossa ausência na reunião de
160 Segunda-feira. O segundo assunto, além de representante do Sindicato dos Enfermeiros
161 neste fórum, estou representando e trazendo, uma solicitação de esclarecimento a
162 Coordenação de Rede Básica e ao Sr. Secretário, através da solicitação de um grupo de
163 Enfermeiros que atende, diariamente, na região Leste-Nordeste, no Programa de pré-
164 natal. Temos 17 Unidades, que são modelo PSF, FAURGS. E 4 Unidades Básicas. Nós,
165 Enfermeiros, atuamos no Programa pré-natal conforme Protocolo existente na Secretaria
166 desde o ano 2000 e revisto em 2002. Isso para esclarecer que esta previsto a atuação
167 não somente de Médicos, mas de Enfermeiros e outros profissionais como Nutricionistas,
168 Assistentes Sociais, Psicólogos, no acompanhamento a Gestante. Então, gostaríamos de
169 saber, pois recebemos a informação e não só a informação pois realmente no dia-a-dia, o
170 retorno de pacientes, que estão voltando com a solicitação de exames de Ecografia
171 Obstétrica. O Bom Jesus é a nossa referência, além dos outros prestadores. Com a
172 abertura do Bom Jesus para Ecografias Obstétricas desafogou bastante a nossa região.
173 Tem nos ajudado. Mas infelizmente, desde maio, nós já tínhamos um caso de uma colega
174 que a paciente foi retirada da sala pois a solicitação foi feita por Enfermeiro. Agora
175 aconteceu também em outro PSF e comigo também. Eu faço pré-natal. Fiz capacitação
176 por esta Secretaria, em Convênio com a Escola de Saúde Pública, EM Convênio com a
177 ABENFO e professores da UFRGS, para a prestação de Assistência Pré-Natal de baixo
178 risco. Então, 2 pacientes retornaram deste Centro de Saúde, com o informe de volta, com
179 a referência. Uma até estava toda rabiscada atrás, que não foi feito o exame na paciente
180 porque tinha sido solicitado por Enfermeira. Uma paciente jovem, está sendo atendida
181 quase que semanalmente por um pré-natalista, Médico da tarde. Já teve uma perda de
182 peso acentuada. Esclarecendo, a Ecografia Obstétrica não é uma rotina. É estabelecida
183 muitas vezes quando a mulher não sabe a data da última menstruação, ou algum outro
184 critério, que o pré-natalista que está fazendo, solicita. Ou então, até já foi colocado em
185 reunião, para nós Enfermeiros, através das Coordenações, que a gente, dentro de todos
186 aqueles critérios, observar que não hajam exames desnecessários. Temos praticados
187 estes critérios, junto com a nossa Ginecologista. Estas duas pacientes que retornaram,
188 quem solicitou foi uma outra Médica, porque eu não vou criar o constrangimento para a
189 paciente. Até uma paciente foi duas vezes, porque uma, foi reagendado o exame, pois
190 naquele dia, tinha muita gente. Esta paciente, voltou de novo e novamente, voltou para a
191 Unidade, porque não podia fazer o exame solicitado pela Enfermeira. Entreguei então
192 para a Coordenadora e esta fez a solicitação. A Coordenadora é Médica. Então
193 gostaríamos de esclarecer se é esta a recomendação da Coordenação de Rede Básica.
194 Entramos em contato com outros Enfermeiros, de outras Gerências. Isso não acontece.
195 Inclusive ontem tivemos um encontro de Enfermeiros que atuam em pré-natal, em
196 consulta Ginecológica, promovido pela Associação Brasileira de Enfermagem. Tivemos
197 contato com outros Municípios, inclusive. E, ficamos muito feliz, pois Porto Alegre tem
198 Protocolo, para todos os profissionais, para pré-natal de baixo risco. Uma coisa
199 extremamente positiva. Isso cria constrangimento para usuária. Eu mesma tive de entrar
200 na Central de Marcação. E a gente sabe da dificuldade para marcar novamente para as

201 pacientes. Cria constrangimento. Ela olha e diz, esta Enfermeira que está me atendendo,
202 porque não pode? Cria uma situação muito vexatória. Então a gente gostaria deste
203 esclarecimento, para que a gente continuasse a atuar. É um Serviço da Secretaria, do
204 Centro de Saúde Bom Jesus. Para outros Prestadores sim, ai o Enfermeiro pode mandar
205 solicitação. Para este local, que é nosso, da nossa região, não. Essa foi a orientação? Era
206 isso que eu queria que fosse esclarecido. Quem se manifesta é a Conselheira REJANE, e
207 solicita um esclarecimento sobre a Comissão de Saúde Mental, pois tem uma
208 representante do Conselho Regional de Psicologia, que vai nas reuniões da Comissão e
209 tem trazido discussões bem importantes para dentro do Conselho. Então isso é mais como
210 informe, mas solicito um esclarecimento de como a gente faz esta ponte entre a
211 Comissão e a Plenária do Conselho de Saúde. Para mim, estão trabalhando em paralelo.
212 Fico sabendo das coisas lá no Conselho de Psicologia. O Coordenador OSCAR PANIZ,
213 esclarece para a JANETE que já na Plenária passada deveríamos ter iniciado o espaço
214 de informações, das Comissões, aqui para os Conselheiros. Não foi possível e isso inicia
215 hoje. Todas as Comissões estão sabendo. Foram comunicadas e deverão indicar um
216 representante para dar um relato rápido, dentro de nossa Plenárias, do que está
217 acontecendo na Comissão. E registramos que a Comissão de Saúde Mental é a que tem
218 mantido reuniões com assiduidade e com um número bem representativo de pessoas.
219 Se manifesta o Dr. CÉSAR WEBER, novo Conselheiro do Sindicato Médico, como titular,
220 que passa à Coordenação uma Decisão Judicial, dizendo que, talvez seja capaz de
221 contribuir para ao entendimento daquilo que a Sra. Enfermeira pronunciou. Todos sabem,
222 e não vou me ater na discussão do mérito desta questão, até porque há uma
223 interpretação Judicial, por quem de direito, que é do Tribunal, que dá conta disso. Ou
224 seja, só lembrando aos Srs., temos esta questão da vigência de um Protocolo na capital,
225 que dá conta de uma série de atividades. O Sindicato Médico do RS, a tempo, entrou com
226 um Mandato de Segurança, que tramitou. O Conselho Federal de Enfermagem fez a sua
227 apelação, seus embargos. Nós temos uma decisão. Portanto, estamos em um Estado de
228 Direito. Será publicada amanhã no Diário Oficial da União e obviamente vamos noticiar
229 ao Sr. Secretário Municipal da Saúde, tão logo seja publicado, para que se cumpra esses
230 efeitos e dá conta da suspensão de todo um conjunto de artigos, que são mencionados,
231 e que facultam aos Enfermeiros, determinadas atividades. Quero contribuir e lhe passar
232 às mãos esta Decisão Judicial. Obviamente que ainda cabe mais um recurso. Não está
233 transitada em julgado. Frise-se isso. Porém, hoje ela é uma Decisão Judicial e deve ser
234 cumprida, salvo melhor juízo. Então, em primeira mão, lhe passo as mãos, para que nosso
235 Conselheiros tenham acesso, na íntegra deste documento. Faz a leitura, o Dr. CÉSAR,
236 de parte de trecho da Decisão Judicial(Documento anexo à esta Ata). O Coordenador
237 OSCAR PANIZ solicita que este assunto não seja polemizado hoje. Para ele, cabe uma
238 Pauta, que poderá ser feita tranqüilamente a qualquer momento, mas não poder ser desta
239 forma que está se encaminhando hoje. A Conselheira REJANE se manifesta e diz que é
240 uma questão de esclarecimento. Assim como o Sindicato Médico tem uma Assessoria
241 Jurídica, seria bom entrar em contato com a Assessoria Jurídica da Federação Nacional
242 dos Enfermeiros que acompanha, junto com o conselho Federal de Enfermagem. Eu só
243 gostaria de dizer que esta Decisão é acima de uma Resolução que existe na Lei de
244 Exercício Profissional do Enfermeiro. Esta decisão tem poder sobre a Resolução e não
245 sobre a Lei de Exercício Profissional, que nos garante a atuação. A Lei do Ato Médico está
246 em discussão na Câmara Federal. Nós temos a Lei do Exercício Profissional. Isso foi feito
247 somente sobre a Resolução. Nós temos garantia sobre o Exercício Profissional,
248 promulgado pelo Presidente da República, para termos atividade. Não temos aqui o Diário
249 Oficial da União, onde mostra as ações todas, promulgadas pelo Ministério, pelo
250 Presidente em relação a atuação dos PSF, onde declara, claramente, qual é a atuação

251 dos Enfermeiros. E eu entendo que esta Secretaria esta vinculada ao Ministério da Saúde.
252 Nós, Enfermeiros da Região Leste – Nordeste, que eu estou representando, estão
253 pedindo a palavra do Secretário, se vão continuar atendendo, ou não, o pré-natal. Pois
254 não é só exames. É atendimento pré-natal. De uma forma bem tranqüila, acolher a
255 paciente, fazer as consultas, atuar na consulta Médica. Tudo como segue o Protocolo.
256 Então, o Protocolo continua para todos os Profissionais da Rede Básica de Porto Alegre?
257 Quem se manifesta é o Dr. NAURO, Conselheiro Suplente do Sindicato Médico, dizendo
258 que a intenção não é desconsiderar, de maneira nenhuma, o trabalho do Enfermeiro. O
259 trabalho do Enfermeiro é um trabalho digno, assim como o é do Auxiliar, do Técnico, do
260 Psicólogo, de todos, enfim. Que estão atuando, para ajudar os Usuários. Porém, existe
261 um limite de ação entre as Profissões e nós estamos preocupados com este limite. O
262 profissional Médico que deixou de fazer um exame solicitado pela Enfermeira, tem o total
263 apoio do Sindicato Médico e vamos continuar lutando por isso, porque a autonomia dada,
264 quando a colega Enfermeira REJANE fala na Resolução da Lei. Não. Lei é uma coisa e
265 Resolução do conselho é outra. Existe a Lei do Enfermeiro que permite, a ele Enfermeiro,
266 como membro da Equipe de Saúde, que tem um Médico, é óbvio, prescrever
267 medicamentos. Esta na Lei. Mas existem todas as Portarias do Ministério falando que o
268 Enfermeiro pode participar do pré-natal, porém, intercaladas as consultas com o Obstetra.
269 Então, se há o intercalamento, como a REJANE fala que há, o Obstetra pede a
270 Ecografia. E a Enfermeira vai continuar dando aquele trabalho. É um trabalho de Equipe.
271 Uma consulta para o Obstetra, outra para a Enfermeira. Não vejo nenhum problema
272 nisso. Mas existe, claramente, pelo COFEN, a intenção de invadir a área de atuação
273 médica, quando ele coloca na sua Resolução, que não tem poder de Lei. É bom que todos
274 vocês saibam, porque o nosso Conselho emitiu uma série de Resoluções. Quero que isso
275 fique bem claro. Achamos que a contribuição do Enfermeiro para a saúde, para a
276 atuação, para dar respaldo ao trabalho do Médico, o Médico dar respaldo ao trabalho do
277 Enfermeiro e toda enfermagem. Técnicos e Auxiliares, trabalham demais em nossas
278 Unidades. Temos que valorizar muito este pessoal. Agora, nós não vamos permitir e
279 vamos continuar nesta luta, para que haja um limite entre as profissões. Para que não
280 haja uma invasão. Senão não vamos mais formar Médicos. Esta cidade tem 11 mil
281 Médicos. Vamos botar os Enfermeiros a trabalhar como Médicos? Nós não podemos. Este
282 assunto, de que nós queremos a revogação desta Resolução, que implantou este
283 Protocolo, que foi feito na Gestão anterior, com um cunho político-ideológico muito forte,
284 queremos colocar em Pauta novamente. Porque vamos solicitar a revogação desta
285 Resolução. Se manifesta a Enfermeira CLÁUDIA FELDMANN, Conselheira Suplente do
286 Sindicato dos Enfermeiros. Diz que é lamentável novamente estarmos aqui, discutindo
287 estas questões. Somos todos profissionais da área da Saúde, lutando, convivendo e
288 trabalhando, para ao bem do usuário. O SUS não existe somente com um profissional. A
289 Multidisciplinariedade está nas Diretrizes Básicas do SUS. Não sei como trabalharemos de
290 outra maneira. Existem vários equívocos. O que minha colega REJANE colocou, tem que
291 ser bem avaliado. Existem Resoluções, como o Dr. falou, que não são Leis, pelo
292 Conselho. Mas existe a Constituição que são as Leis, e que eu saiba, maior. E lá diz, para
293 quem quiser, tudo o que se pode fazer. Tudo o que o profissional Enfermeiro pode fazer.
294 Com certeza, os Médicos têm que continuar existindo sim, pois existem papeis bem
295 distintos. A população em geral, o SUS, não poderia existir sem o profissional Médico. Ele
296 é importantíssimo. Assim como todas as outras categorias profissionais, que são 14
297 outras, querendo trabalhar mutuamente, ao lado, junto com o profissional Médico.
298 Ninguém quer fazer o papel de ninguém, a não ser o nosso próprio. Nós trabalhamos
299 muito, assim como todos os profissionais e sabemos que há espaço para todos. Mesmo
300 assim as pessoas ficam com pouca Assistência. Mais uma vez eu digo que é lamentável.

301 Temos aqui Protocolo, aprovado por este Conselho e gostaria que mais uma vez isso
302 fosse respeitado, porque este Conselho aprovou e se é para retirar o Protocolo, ou não,
303 tem que passar por aqui. Fala a Conselheira ZILDA MARTINS, dizendo que em dois
304 momentos a gente discutiu, foi encaminhado uma proposição de que se formasse uma
305 Comissão para estar discutindo Protocolos. Não sei o que aconteceu, pois algumas
306 pessoas que acordaram, não estão mais aqui e poderão dizer que não conhecem. Em
307 nosso entendimento, o SUS é um trabalho de Equipe. O Médico é um componente da
308 Equipe. O Enfermeiro é um profissional de fundamental importância. Trago isso pois me
309 sinto bastante chateada com esta polêmica. Como o colega do Sindicato colocou, a
310 Assistência é muito ampla. O povo está precisando ter acesso, enquanto a gente fica
311 discutindo. Me escrevi para fazer umas proposições e sugestões. Hoje foi entregue um
312 material relacionado ao Projeto de Capacitação. Devíamos um Projeto de Capacitação
313 permanente. Eu proponho que a gente possa estar pautando, para ouvir contribuições. O
314 que os Conselheiros gostariam, de acordo com as suas necessidades, estarem sendo
315 contemplados, em um Projeto de Capacitação. E manifesta a Conselheira LYNDIA,
316 representando a Entidade dos Hemofílicos do RS, sendo sua Presidente. Diz que quer
317 fazer uma denúncia em relação a ULBRA. Esta tem um Convênio com o Centro dos
318 Hemofílicos, que é a nível municipal. O que vem acontecendo é de que a ULBRA não está
319 fornecendo alimentação aos acompanhantes. Tentei várias reuniões com a Direção da
320 ULBRA, que mandou uma Assistente Social como representante e que disse que não
321 poderia resolver. Mandei um pedido de esclarecimentos à Secretaria, que me informou
322 “que todo o acompanhante pelo SUS tem direito a alimentação, mesmo sendo atendido
323 em Hospital particular”. Então a ULBRA não está seguindo isso. Se o paciente fica lá um
324 mês, o acompanhante fica lá um mês sem alimentação. Isso é desumano. Penso que o
325 município tem que investigar isso, já que a ULBRA não se propõe a fazer uma reunião
326 com a Entidade. Não são somente os pacientes hemofílicos, são os outros pelo SUS
327 também. O próximo a se manifestar é o Conselheiro JAIRO TESSARI, que
328 primeiramente solicita dar um esclarecimento sobre o que a Sra. LYNDIA falou, até
329 porque quero só lhe colocar que o SUS remunera, e a pouco tempo isso foi
330 regulamentado, a permanência do acompanhante do paciente no Hospital. Mas não
331 existe qualquer tipo de remuneração, para alimentação. Diz também o Sr. JAIRO que
332 todos lembram que na última Plenária fez uma colocação sobre a Contratualização.
333 Precisei sair e não consegui ficar conversando, como era minha vontade. Quero colocar
334 para vocês, não é oficial, mas afirmar de fonte bem segura, que a Contratualização que
335 nós discutimos aqui, a quinze dias, ela vai ser postergada para fevereiro de 2007,
336 momento em que o Pacto de Gestão, das 3 Instâncias do SUS, também irão assumir
337 outras responsabilidades. A importância disso se passa, na medida em que vamos ter
338 mais 6 ou 8 meses, para discutir este assunto. Lembrar também, que todos os Hospitais
339 estão trabalhando com Planos Operativos, com as Secretarias de Saúde, e que nada
340 impede que os Conselhos participem na elaboração destes Planos Operativos e que
341 quando estes Planos Operativos chegarem para a votação nos Conselhos, já podem ter
342 até Parecer favorável dos Conselhos. Queria colocar que este foi um pleito de nosso
343 segmento e inclusive de outros segmentos que atuam na área de Saúde Pública. Nós não
344 estamos concordando em assumir responsabilidades de Contratualização de forma
345 Orçamentada. Elaborar Planos Operativos com metas a serem obrigatoriamente
346 cumpridas, sem que isso aconteça em cima de remunerações reais. Não adianta
347 recebermos Incentivos se não trabalhamos com valores atualizados.
348
349
350

351
352
353

ORCAR RISSIERI PANIZ
Coordenador do CMS/POA

AURA MENDONÇA
Secretária

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 17/08/2006.